



V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

A QUESTÃO DA UNIVERSIDADE: dos tempos da ditadura aos tempos da digitalização da educação

Emilio B. B. Freire¹

RESUMO: No presente texto apresentamos reflexões sobre a historicidade da universidade brasileira, dando ênfase ao processo de digitalização da educação. Trata-se de resultados parciais coletados por meio de dados divulgados pelo órgão executivo da política de educação nacional do governo federal, bem como de estudos realizados sobre o tema a partir de obras de autores vinculados à perspectiva teórico-metodológica a qual nos filiamos. Num primeiro momento apresentaremos reflexões sobre a dinâmica da universidade no contexto da ditadura militar, período no qual já se verifica uma inversão da porcentagem de matrículas das instituições públicas para as instituições privadas no ensino superior. Em seguida, apontamos para a aproximação de uma nova inversão entre as matrículas da modalidade de ensino presencial e aquelas do ensino a distância. Por fim, apresentamos algumas conclusões no sentido de enfatizar aspectos que continuam a desafiar a luta pela universidade pública.

PALAVRAS-CHAVE: Universidade; Privatização da Educação; Digitalização da Educação.

1. INTRODUÇÃO

A universidade enquanto instituição existe na Europa desde a idade média. Em sua origem constitui-se como corporação de professores e estudantes que buscavam defender sua autonomia em face do Estado (Marini e Speller, 1977). O desenvolvimento das universidades brasileiras, embora tendo como inspiração essas instituições originárias, carrega em sua gênese a necessidade de formação de uma força de trabalho qualificada já na transição do regime escravista colonial para o regime do trabalho livre². Repleta de contradições, portanto, essa mesma instituição tem servido enquanto espaço de aglutinação da juventude e construção de processos de resistência. Tais contradições se tornaram ainda mais evidentes no período ditatorial vivenciado no Brasil entre os anos de 1964 e 1985.

Ao descrever as consequências da lei da reforma universitária (Lei n.º 5.540/1968), aprovada durante a ditadura militar, Saviani (1985, p. 7) pontua que:

1 Doutorando no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (emiliobfreire@gmail.com).

2 Nos pautamos aqui na compreensão de Gorender (2016) em sua obra *O escravismo colonial*.

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

[...] não mais organizados por turmas que permaneciam coesas durante todo o curso, ficaram os alunos impossibilitados de se constituírem em grupos de pressão capazes de reivindicar a adequação do ensino ministrado aos objetivos do curso, bem como a consistência teórica e relevância social dos conteúdos transmitidos.

Lido fora daquele contexto, a reflexão supracitada poderia facilmente ser entendida como se estivesse fazendo referência ao ensino remoto vivenciado pela quase totalidade dos estudantes do ensino superior durante o período de crise sanitária provocada pela pandemia do COVID-19. Mais, poderia ser entendida como uma referência ao ensino a distância, modalidade que tem servido para a obtenção de lucros do empresariado da educação em detrimento de uma formação pautada em critérios que considerem as necessidades do conjunto da sociedade. Ainda que estes aspectos sejam essenciais, à síntese que nos interessa, no entanto, se situa no paralelo entre dois processos de desmobilização dos setores progressistas das universidades e uma efetiva transformação de seu modo de funcionamento: a ditadura militar e o processo de digitalização.

As reflexões aqui apresentadas se situam no escopo mais amplo de uma pesquisa de doutorado em andamento no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGSS/UFSC). A pesquisa em questão tem como foco captar o processo de digitalização dos serviços públicos em curso no Brasil e suas relações com o serviço social. Voltamos a nossa atenção, portanto, para a questão da universidade brasileira com ênfase no processo de sua formação sócio-histórica e suas transformações na atualidade que também se expressam no processo de digitalização a qual nos referimos.

Em consonância com o tema do V Seminário Nacional, Serviço Social, Trabalho e Política Social (SENASS), buscaremos articulações com nosso objeto de estudo. A questão da universidade no Brasil é terreno fértil para essa análise, pois se trata da dinâmica da luta de classes e no contexto do avanço da ultradireita no mundo e, particularmente, na América Latina. Ao tomarmos como referência a recente greve de servidores técnicos e docentes das universidades federais brasileiras em 2024, avaliamos que tanto a ofensiva grevista pautando o reajuste salarial e a recomposição orçamentária das instituições federais de ensino quanto a resposta do governo federal anunciado no contexto do novo Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) das universidades são expressões concretas da luta de classe no território brasileiro.

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

Corroboramos com a caracterização de Behring e Boschetti (2011) de que, após a redemocratização brasileira, a disputa pelo fundo público tem se tornado palco privilegiado para a garantia (ou ausência) de políticas sociais. Nesse sentido, pautando a recomposição orçamentária, a greve universitária teve em seu cerne essa própria disputa. Destacamos que as universidades federais vêm sofrendo cortes orçamentários desde 2014 (ANDIFES, 2024), questão agravada pela Emenda Constitucional n.º 95 de 2016 (EC 95/2016). Essa restrição do orçamento conduziu a uma situação em que os recursos destinados para as universidades federais e à ciência brasileira, no ano de 2024, compuseram um volume inferior a 50% do que em 2014., quando chegaram a valores próximos a 38 bilhões de reais³.

São estas e outras questões que orientam nossa análise que, aqui, se particulariza no sentido de problematizar a historicidade do processo de digitalização dos serviços públicos, tendo como recorte as universidades brasileiras. Os procedimentos metodológicos para tal empreitada foram pautados na reflexão teórica a partir de obras de autores vinculados à teoria social crítica acerca da universidade brasileira, bem como do levantamento de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vinculado institucionalmente ao Ministério da Educação.

Para a exposição do nosso objetivo dividimos o texto em duas partes: (1) universidade e ditadura; e (2) digitalização da educação e universidade. Na primeira parte focamos nossa análise no processo que levou a inversão do número de matrículas em instituições públicas e privadas, considerando o lapso temporal desde meados dos anos de 1960. Na segunda parte, problematizamos o aprofundamento da lógica privatista em torno da universidade e o aumento crescente do número de matrículas na modalidade de ensino a distância em detrimento daquele no âmbito do ensino presencial. Ao final, apresentamos algumas conclusões, ainda que provisórias, no sentido de apontar desafios que se impõem à luta pela universidade pública brasileira.

2. UNIVERSIDADE E DITADURA: A CONSTRUÇÃO DAS CONDIÇÕES OBJETIVAS PARA O AVANÇO DO ENSINO PRIVADO

3 Dados divulgados pelo Observatório do Conhecimento. Disponível em: <https://observatoriodoconhecimento.org.br/wp-content/uploads/2023/12/Orc%CC%A7amento-do-Conhecimento-Relato%CC%81rio-LOA-2023.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2024.



V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

Pelo viés sociológico, a universidade torna-se necessária à medida que as exigências da classe dominante tornam-a também necessária. No contexto brasileiro, não coincidentemente, as primeiras escolas de ensino superior criadas são de medicina - para cuidar das enfermidades das elites - e de direito - para tratar dos conflitos dos senhores em relação à propriedade privada da terra. Para Vieira Pinto (1994, p. 19), “[...] a universidade é uma peça do dispositivo geral de domínio pelo qual a classe dominante exerce o controle social, particularmente no terreno ideológico, sobre a totalidade do país”. Corroborando com esse argumento, podemos dizer que, juntamente com a função de formação de força de trabalho, há também uma importante função ideológica no disciplinamento dessa mesma força de trabalho a ser atribuída como tarefa das instituições universitárias.

Com o processo de industrialização do país no início do século XX, começaram a surgir demandas por outras formações no âmbito do ensino superior como, por exemplo, as diversas engenharias. Na medida que o estado brasileiro se consolida no regime capitalista surgiram e foram absorvidas outras profissões que passam pelo crivo da formação acadêmica, como o serviço social e a educação física. Esse processo de ampliação acompanha uma mudança no perfil dos estudantes. Nessa época, começa-se a incorporar elementos das classes médias, para além das classes dominantes que já acessaram esses espaços (Vieira Pinto, 1994, p. 14). Com a mudança de perfil dos estudantes, iniciou-se também um tensionamento em relação ao projeto de universidade a ser implementado.

Nitidamente, o mero desejo de transformação dessas instituições não se vinculou a um projeto societário pautado na ideia da emancipação humana. Ainda assim, a universidade, como uma instituição da sociedade, tampouco poderia se transformar sem que se operasse transformações para além de si. No cenário brasileiro, no preâmbulo da década de 1960, as contradições haviam chegado a tal grau de intensidade que impossibilitou a dominação “pacífica” por parte das classes dominantes (Vieira Pinto, 1994). Vale pontuar que essa característica não foi excepcional à realidade brasileira, sendo que o mesmo período foi marcado por diversas tentativas, em sua maioria bem sucedidas, de golpes militares nos países latinoamericanos aliançados com as respectivas classes dominantes. Marini e Speller (1977, p. 1) sinalizam um aumento do interesse das ciências sociais marxistas no estudo da universidade nesse período, “[...] sobretudo a partir dos movimentos juvenis

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

contestatórios que tiveram lugar na Europa, na América Latina e em outras partes do mundo no ano de 1968”.

Esse compilado de fatores fomentou as condições para a aglutinação e organização política da juventude em contestação à própria classe dominante a qual a universidade serviu. Diante de tal cenário, ocorreu uma contra ofensiva por parte da classe dominante que ao mesmo tempo que buscou conservar o sentido da universidade, rompe com a possibilidade de avanço na construção de um projeto societário alternativo em curso. No cenário brasileiro, o golpe de 1964 e a consequente ditadura militar tiveram papel central nesse processo.

Em relação à educação superior, a ditadura militar se move, em sua primeira fase, isto é, até 1968, em dois sentidos: busca dominar o movimento estudantil, que tinha ganho no período anterior grande capacidade de mobilização e havia desempenhado um papel destacado no processo político que precedeu o golpe de Estado; e pretende estabelecer novos lineamentos para as estruturas educativas, com o fim de adequá-las aos novos objetivos econômicos e políticos do regime do grande capital (Marini e Speller, 1977, p. 11).

Tomando a palavra de ordem dos setores da sociedade favoráveis às reformas de base e a qual a ditadura militar se opôs, é implementada a Lei n.º 5.540/1968. Para além da desmobilização e desmonte das universidades públicas, a partir desse momento, acompanhamos um crescimento de matrículas nas universidades privadas, como podemos observar no Quadro 1.

Quadro 1- Série histórica sobre a participação de instituições públicas e privadas na porcentagem de matrícula na educação de nível superior no Brasil (1964-1973)

Ano	Instituições públicas (%)	Instituições privadas (%)
1964	61,5	38,5
1965	56,2	43,8
1966	54,6	45,4
1967	56,9	43,1
1968	55,2	44,8
1969	53,9	46,1
1970	49,5	50,5

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

1971	44,9	55,1
1972	40,3	59,7
1973	39,1	60,9

FONTE: Departamento de Assuntos Universitários (DAU). Ministério de Educação e Cultura (MEC) - Brasil.

Elaboração própria, com adaptações feitas com base em Marini e Speller (1977).

Observamos no Quadro 1 que em 1970, pela primeira vez, as instituições privadas superam a porcentagem de matrículas em relação às instituições públicas. Para colocar em contexto atual, no ano de 2022, 96,2% do total de vagas oferecidas na educação superior são de instituições privadas, enquanto 3,8% das vagas são ofertadas por instituições públicas (Inep, 2022). Essa inversão traduzia o êxito do projeto mencionado por Marini e Speller (1997) no qual as estruturas educacionais deveriam responder a novos objetivos econômicos e políticos do capital. A pavimentação do caminho para a privatização da educação superior, portanto, estava, desde então, sendo assegurada.

Na seção a seguir, pretendemos demarcar o processo que conduziu ao aprofundamento desse intento de privatização da educação superior, trazendo elementos mais contemporâneos que caracterizam uma teleologia assentada na perspectiva de mercantilização da educação e de novas formas de viabilizar, agora, o consumo de um serviço no qual as práticas pedagógicas que valorizam o ensino são abstraídas. Além disso, apontamos para a aproximação de uma nova inversão: da modalidade de ensino superior presencial para o ensino a distância nas universidades brasileiras.

3. DIGITALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E UNIVERSIDADE: ALGUMAS REFLEXÕES INICIAIS

A contrarreforma universitária e a busca de desmobilização das pautas populares durante a ditadura militar brasileira não foi um processo particular da realidade brasileira. Também não o foram todas as estratégias que se sucederam nos períodos ulteriores, ainda que seja possível identificar elementos que dão a esses processos características específicas, tendo em vista as correlações de forças que se travam nos contextos dos Estados nacionais. A atual fase de avanço privatista na

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

universidade que, no Brasil, se localiza a partir da reabertura democrática, também é um processo que ocorre em escala global. Para Nascimento (2022, p. 91),

[a] Reforma Universitária de 1968 é uma evidência histórica que também explica o atual processo de acirramento da privatização e introdução da lógica do produtivismo (sob o discurso da 'modernização universitária') na Universidade pública brasileira dos anos 2000.

Nesse sentido, é preciso compreender o projeto educacional para o Brasil de forma dialética com as suas continuidades e rupturas, mas ainda dentro de uma determinada sociabilidade. A reabertura democrática traz uma ruptura em relação ao regime com a ditadura, todavia, o papel do Brasil diante da economia mundial segue um *continuum* que antecede o golpe militar de 1964. A lei da reforma universitária supracitada teve como função conservar essa instituição como uma das engrenagens importantes nesse processo, e as mudanças impostas na sequência, com outra faceta, caminharam no mesmo sentido.

Um marcador internacional importante para a compreensão da questão da universidade brasileira na atualidade é o chamado “Processo de Bolonha”, proposta vislumbrada e instituída no final do século XX e que fora firmada na Europa. Em síntese, esse processo busca transferir a responsabilidade da aprendizagem do professor para o educando. Embora com uma retórica similar, nada há de comum com uma perspectiva Freireana do processo de ensino-aprendizagem a partir da “leitura de mundo” do educando. No contexto desta proposta, tornou-se necessário investir em diversas ações e programas que, ao fim e ao cabo, aprofundaram uma lógica mercantil e meritocrática para a educação.

No Brasil, essa dinâmica se deu por dois caminhos que se complementam: (1) a implementação de políticas de acesso e assistência nas universidades públicas; e (2) o financiamento público para as instituições privadas. No âmbito das políticas de ingressos implementou-se o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), o Sistema de Seleção Unificada (SISU) e as chamadas ações afirmativas. Já em relação ao financiamento, instituiu-se o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).

Ainda que seja possível reconhecer a importância de todos esses programas e políticas para o acesso da classe trabalhadora à universidade, é necessário realizar uma análise crítica sobre os seus fundamentos e funcionamento. Neste esforço de análise crítica, reiteramos, por exemplo, o reforço do ingresso ao ensino superior por

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

competência e mérito acompanhada, concomitantemente, por uma lacuna imensa na qualidade de ensino nas etapas antecedentes, como o ensino médio e os cursinhos pré-vestibulares. Além disso, é questionável os valores de mensalidade cobrados pelas instituições privadas e a destinação do dinheiro público para cobrir esse custo ao invés de se contribuir com o investimento e orçamento das universidades públicas.

Na atualidade, enfrenta-se, no contexto da educação brasileira, uma continuidade do chamado “Processo de Bolonha” que instaurou uma lógica de aprendizagem por competências que se expande para além do ensino médio e que procura se sustentar pelo mito da democratização do acesso. Importa assinalar, ainda, que nessa terceira década do século XXI enfrentamos na realidade brasileira a aprovação do Novo Ensino Médio (NEM) que segue uma dinâmica semelhante da proposta pautada nas competências e habilidades, culpabilizando o próprio sujeito pela sua condição, naturalizando as desigualdades estruturais. Ao mesmo tempo que tal situação na educação conduz a um estranhamento, compreendemos que, sob a ótica do capital, serve a função de internalização da posição [do sujeito] na hierarquia social (Mészáros, 2005).

Cabe, portanto, apreender a dinâmica desse processo para além de sua aparência. Assim como se observou uma estratégia de alteração do papel da universidade para conservá-la em consonância com os objetivos econômicos e políticos das classes proprietárias durante a ditadura militar, na reabertura democrática, é propagada a ideia da democratização do acesso ao ensino superior para manter os interesses antidemocráticos do mercado reinante. Enquanto a inversão das matrículas com as instituições privadas superando as públicas é um marcador desse processo na década de 1970, a aproximação da inversão das matrículas no ensino presencial para o ensino a distância é um marcador no século XXI. Vejamos os dados do Quadro 2.

Quadro 2 - Série histórica sobre o número de matrículas na graduação, por modalidade de ensino, no Brasil (2013-2022)

Ano	Presencial (%)	À distância (%)
2013	84%	16%

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

2014	83%	17%
2015	83%	17%
2016	86%	14%
2017	79%	21%
2018	76%	24%
2019	72%	28%
2020	64%	36%
2021	59%	41%
2022	54%	46%

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) - Brasil.

Conforme os dados do último censo de educação superior de 2022 produzido pelo INEP indicados no Quadro 2, as matrículas de graduação na modalidade de ensino a distância ainda seguem inferiores à modalidade de ensino presencial. Temos que levar em consideração que, a partir de 2020, em face da pandemia do COVID-19 e do isolamento social, a realidade cotidiana de boa parcela da população passou a ser ainda mais mediada por Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Esse fato certamente serviu para que empresas educacionais investissem ainda mais na modalidade de ensino a distância, por meio da adoção de novas tecnologias. As chamadas *EdTechs* passaram a ampliar seus negócios em face de um contexto de novos avanços do ensino superior privado na modalidade a distância. O mercado de plataformas digitais, *softwares* educativos e um conjunto variado de recursos interativos tem se ampliado na medida em que a ideologização da tecnologia (Pinto, 2005) também avança. Ainda que esta ofensiva que deposita na adoção de tecnologias a solução de todos os problemas da educação no Brasil tenha sido verificada mais nitidamente no curso da recente crise sanitária, os dados do Quadro 2 indicam que o crescimento desta modalidade de ensino vem ocorrendo desde o ano de 2014, com uma pequena regressão apenas em 2016. No âmbito da formação em serviço social, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) em relatório sobre formação, trabalho e participação sociopolítica de assistentes sociais no Brasil, publicado em 2024, aponta que “[e]ntre as/os 3.260 assistentes sociais que se

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

graduaram há menos de 5 anos, 38,22% (1.246) se formaram em EaD e 61,78% (2.014) se graduaram no ensino presencial (CFESS, 2024, p. 34).

O que nos chama atenção, portanto, é que a gradual transferência da formação das/dos assistentes sociais por meio da modalidade presencial para uma modalidade a distância, impacta na atual direção social da profissão, bem como na qualidade da relação que o assistente social estabelece com a população usuária dos serviços nos quais ele atua. Tal processo está colado às metamorfoses do sistema sociometabólico da capital com vistas a garantir as taxas de lucro para a classe dominante. Acompanha, portanto, o sucateamento da universidade pública e precariza a formação também na área do serviço social, curso que tem sido objeto de interesse das empresas educacionais (Lima e Pereira (2009). Remetendo a citação de Saviani (1985), podemos estar diante de um novo salto - de natureza qualitativa - do isolamento e desmobilização dos setores da classe trabalhadora que ainda encontram na universidade um espaço de encontro, resistência e mobilização contra os efeitos deletérios do atual estágio do capitalismo em crise.

Esta realidade se torna ainda mais complexa porque marcada por um processo do que aqui estamos chamando de digitalização da educação, particularizando-a na educação universitária. Esse fenômeno tem alterado a relação entre estudantes e professores e a própria concepção de ensino. O processo pedagógico passa a ser consubstanciado em conteúdos genéricos e, por vezes, descontextualizados. Ganha proeminência um tipo de conhecimento pragmático e superficial em detrimento do desenvolvimento do pensamento crítico e da apropriação problematizadora do acervo de perspectivas diferenciadas existentes sobre temas centrais das áreas de formação.

Somam-se a essas questões, outros aspectos relacionados à reprodução das desigualdades estruturais que caracterizam a sociedade brasileira, traduzidas nas iniquidades em relação ao acesso e à qualidade da internet disponível para os segmentos mais empobrecidos da classe trabalhadora. Além disso, no âmbito das instituições de ensino públicas, as estruturas tecnológicas não condizem com o projeto – ainda que pautado na ideologização da tecnologia – anunciado como com potencial de “revolucionar” a educação brasileira. Dada a lógica que orienta o uso dessas tecnologias no âmbito das políticas públicas e, particularmente no âmbito da educação, o que tem se desenhado é um cenário de intenso processo de precarização da formação universitária, no qual a privatização e a aceleração dos processos de

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

digitalização compõem como mediações essenciais para tornar a educação uma oportunidade de negócios lucrativos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme se pode depreender de nossa abordagem, a ofensiva do capital sobre a educação é um projeto. Por isso, a localização desse projeto na história é imprescindível para que se identifique os interesses que estão em disputa na dinâmica das relações de classe na sociedade brasileira. Os dados apresentados sobre os avanços da privatização da educação e os relativos à ampliação da oferta do ensino na modalidade a distância, particularmente no âmbito da educação superior, revelam indiscutivelmente que esta tem sido objeto de interesses do capital. Tais avanços estão alinhados ao chamado “Processo de Bolonha” que, ao fim e ao cabo, expressa concepções de educação que reiteram valores, práticas e formas de pensamento que legitimam a ordem social fundada na propriedade privada e na divisão de classes.

Este projeto do capital para a educação ganha novos contornos quando se leva em consideração a intensificação do uso das TIC para se implementar as propostas de formação alinhadas aos interesses produtivos, pautados em abordagens genéricas e descontextualizadas sobre temas e conteúdos programáticos considerados essenciais para as diferentes áreas do saber. O que chamamos de digitalização da educação impõe desafios importantes para a classe trabalhadora, tendo em vista a racionalidade que vem norteando o uso das TIC, cujo parâmetro é a geração de lucros para o empresariado da educação e para os do setor das *Edtechs*, produtoras de ferramentas tecnológicas educacionais. A construção de uma contra-ofensiva a este projeto exige, além de estratégias políticas alinhadas a perspectivas críticas de educação, conhecimento sobre os processos que vêm sendo implementados neste âmbito para assegurar a reprodução da forma social e histórica regida pelo capital.

REFERÊNCIAS

ANDIFES. **Painel ANDIFES de informação orçamentária**. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, 2024. Disponível em: <<https://www.andifes.org.br/2020/08/30/execucao-orcamentaria/>>. Acesso em: 29 de jun. de 2024.

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

BEHRING, Elaine R.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Formação, trabalho e participação sociopolítica: dados complementares ao perfil de assistentes sociais no Brasil. Brasília: CFESS, 2024. Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/arquivos/EbookCFESS-DadosComplementares-PerfilASnoBrasil2024.pdf>>. Acesso em: 06 de ago. De 2024.

GAMEIRO, Alexandre Magnus Queiroz, *et al.* **Boletim de diagnóstico**: habilidades digitais no Brasil e no Mundo. Brasília: ANATEL, 2024.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo da educação superior de 2022. Brasília: MEC, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>>. Acesso em: 6 de ago. de 2024.

LIMA, Katia Regina de Souza; PEREIRA, Larissa Dahmer. Contra-reforma da educação superior brasileira: impactos na formação profissional em Serviço Social. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 15, n. 1, p. 31- 50, jan./jan. 2009.

MARINI, Ruy Mauro; SPELLER, Paulo. A Universidade Brasileira. **Revista de Educación Superior**, nº22, México, Abril-Junho, 1977.

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo editorial, 2005.

NASCIMENTO, Clara Martins do. **A Universidade Brasileira Sob O Padrão De Reprodução Do Capital Nos Anos 2000**. Tese (doutorado) - Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 2022.

SAVIANI, Dermeval. Apresentação. In: VIEIRA PINTO, Álvaro. **A Questão da Universidade**. 2a ed. São Paulo: Cortez Editora, 1994. (Coleção Educação Contemporânea) (p. 5-7).

VIEIRA PINTO, Álvaro. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

_____. **A Questão da Universidade.** 2a ed. São Paulo: Cortez Editora, 1994.
(Coleção Educação Contemporânea)

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio

